

DENDEICULTURA E BIODIESEL NA AMAZÔNIA PARAENSE¹.

João Santos Nahum²
Cleison Bastos dos Santos³
Leonardo de Souza Santos⁴

Resumo: Focamos de que modo a dendeicultura tem sido utilizada na produção de biodiesel na Amazônia paraense. Tendo em conta as orientações do Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e do Programa de Óleo de Palma, perguntamos como a produção de dendê tem sido utilizada na composição do biodiesel. Respondemos essa questão fundamentados nos dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária, da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do departamento de agricultura dos Estados Unidos, além de relatórios das empresas. O exame da produção, consumo e comércio internacional e nacional do dendê revela que o óleo de dendê se destina, predominantemente, à indústria de alimentos, cosméticos e material de higiene.

Palavras-chave: dendeicultura, biodiesel, política, Amazônia

OIL PALM FARMING AND BIODIESEL IN THE AMAZON PORTION OF PARÁ⁵

Abstract: We investigated how oil palm farming has been used in biodiesel production in the Amazon region of the Brazilian state of Pará. Taking into account the guidelines of the National Plan for Biodiesel Production and Use and of the Palm Oil Program, we asked how oil palm production has been used in biodiesel composition. We answered that question based on data from the United States Department of Agriculture, the Brazilian Agricultural Research Corporation, the National Agency of Petroleum, Natural Gas and Biofuels, the Ministry of Industry, Foreign Trade and Services, the United States Department of Agriculture, and company reports. The analysis of production, consumption, and international and national trade of palm oil reveals its main destinations are the food, cosmetic, and hygiene industries.

Keywords: oil palm farming, biodiesel, policy, Amazon

¹ Artigo fruto do projeto de pesquisa “Formação territorial e rural da Amazônia”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisas Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia” da UFPA.

² Docente da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA. E-mail: prof.joaonahum@gmail.com

³ Docente de Geografia da rede pública de ensino do Pará. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA. E-mail: cleisongeo@gmail.com

⁴ Técnico da Defesa Cível do Estado do Pará. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA. E-mail: leonardodrgeo@gmail.com

⁵ Artigo fruto do projeto de pesquisa “Formação territorial e rural da Amazônia”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisas Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia” da UFPA.

INTRODUÇÃO

Na aurora do século XXI a produção do espaço rural na Amazônia paraense tem na dendeicultura um evento que reorganiza paisagem, configuração espacial, dinâmica social, enfim território usado ou espaço geográfico (Nahum; Malcher 2012). Delineia-se um período do dendê tornado possível por um conjunto de ações políticas estatais e empresariais que permitiram a formação de territórios da palma e aprofundaram a concentração de terra sob o controle de poucas empresas (Carvalho; Nahum, 2014)

Para Veiga, Furlan Jr, Kaltner (2005, p. 27) “o biodiesel [...] é o principal motivo do interesse atual pelo dendê”. No estado do Pará, o Programa de Óleo de Palma e o Programa Paraense de Incentivo à Produção de Biodiesel (PARABIODIESEL) procuram realizar as orientações do programa nacional de produção e uso do biodiesel. Para o Ministério das Minas e Energia essa política tem como principais diretrizes implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social, garantir preços competitivos, qualidade e suprimento, produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas.

O Estado brasileiro, por meio da Embrapa, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério das Minas e Energia, indica o dendezeiro como a oleaginosa mais adequada para produção do biodiesel, seja pelo balanço energético, a produção, produtividade e rentabilidade econômica ou mesmo pela capacidade de recuperar áreas degradadas pelo pasto. Segundo o Programa, “produzir biodiesel gera trabalho e renda, tanto no campo, quanto na fábrica. O cultivo da matéria prima cria oportunidades de trabalho e geração de renda na agricultura familiar, estimulando a inclusão social em todas as regiões do país” (PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL, s/d, p. 5).

O decreto nº 7.172, de 7 maio de 2010 aprova o zoneamento agroecológico da cultura do dendezeiro e dispõe sobre o estabelecimento pelo Conselho Monetário Nacional de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo, nos termos do zoneamento. O Programa e o Zoneamento atraíram investidores, ampliando a área produzida e colhida e o número de municípios que integram a cadeia produtiva do dendê. A dendeicultura para biodiesel assinala um dos momentos mais enigmáticos de reprodução do capital no espaço agrário na Amazônia paraense, pois lembra-nos discursos típicos do ufanismo do I PDA (1972-74), que concebem a região como fronteira agrícola, produtora de alimentos e assim atraía o capital financeiro de bancos e mesmo multinacionais do setor automobilístico para o meio rural (Nahum; Santos, 2016).

Mas como a produção de dendê tem sido utilizada na composição do biodiesel? Procuramos responder essa pergunta. Nos resultados e discussão examinamos a produção internacional e nacional do dendê. Mostramos que o óleo de palma se destina à indústria de alimentos, cosméticos e material de higiene e não à composição do biodiesel.

MATERIAIS E MÉTODOS

Analisamos os dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos⁶ por meio do qual pudemos ter um cenário internacional da produção, comércio e consumo do óleo de palma. Em se tratando do cenário nacional o banco de dados da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias⁷, permitiu-nos caracterizar a evolução da área plantada do dendzeiro e a quantidade produzida do dendê de 1970 até 2015.

Em seguida examinamos a legislação referente ao percentual de biodiesel. O artigo 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, anuncia a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, sendo fixado em 5% (cinco por cento), em volume, o percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional (BRASIL, Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005). Lei revogada pela nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, que estabelece os seguintes percentuais de adição obrigatória 6% (seis por cento), a partir de 1º de julho de 2014 (BRASIL, Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014); e 7% (sete por cento), a partir de 1º de novembro de 2014. Sendo que o Conselho Nacional de Política Energética poderá, a qualquer tempo, por motivo justificado de interesse público, reduzir esse percentual para até 6% (seis por cento). Percentual modificado pela Lei nº 13.263, de 23 de março de 2016 para 8% (oito por cento), em até doze meses após a data de promulgação desta Lei; 9% (nove por cento), em até vinte e quatro meses após a data de promulgação desta Lei e 10% (dez por cento), em até trinta e seis meses após a data de promulgação desta Lei (BRASIL, Lei nº 13.263, de 23 de março de 2016).

A seção II da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõem sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências, assim define biodiesel:

biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme regulamento, para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil (BRASIL, Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, Art. 6º).

Definição que permaneceu na Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nº 9.847, de 26 de outubro de 1999 e nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002 (BRASIL, Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005) e dá outras providências.

O Ministério das Minas e Energia⁸ explica que:

Biodiesel é um combustível biodegradável derivado de fontes renováveis, que pode ser obtido por diferentes processos tais como o craqueamento, a esterificação ou pela transesterificação. Esta última, mais utilizada, consiste numa reação química de óleos vegetais ou de gorduras animais com

⁶ Ver: <<http://www.indexmundi.com/agriculture>>. Acesso 31/10/2017.

⁷ Ver: <<https://www.embrapa.br/agropensa/producao-agricola-municipal>>. Acesso 31/10/2017.

⁸ Ver: <http://www.mme.gov.br/programas/biodiesel/menu/biodiesel/perguntas.html> . Acesso 09/11/2017.

o álcool comum (etanol) ou o metanol, estimulada por um catalisador. Desse processo também se extrai a glicerina, empregada para fabricação de sabonetes e diversos outros cosméticos. Há dezenas de espécies vegetais no Brasil das quais se podem produzir o biodiesel, tais como mamona, dendê (palma), girassol, babaçu, amendoim, pinhão manso e soja, dentre outras.

Tendo em conta que o dendezeiro (*Elaeis Guineensis*) pode fornecer matéria prima para compor o biodiesel, mas sem a euforia de Furlan Júnior et al (2006) que, sob o ponto de vista econômico, ambiental e social, veem no “óleo de palma(dendê) [a] melhor óleo vegetal que o Brasil tem para produzir em larga escala e atender o mercado interno e também ao de exportação”(Furlan Júnior et al,2006, p.72), comparamos os dados de produção do dendê com os fornecidos nos boletins da Agência Nacional de Petróleo⁹ sobre a composição do biodiesel. Analisamos os dados do período de 2008 a 2016. Tratam-se de boletins mensais onde obtivemos a média anual de uso do dendê na composição de biodiesel.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as oleaginosas o dendezeiro (*Elaeis guineensis* Jacq.), possui a maior produtividade, com rendimento entre 4 a 6 toneladas de óleo/ha/ano, correspondendo a 1,5 vezes a produtividade do óleo de coco, a 2 vezes a do óleo de oliva e mais do que 10 vezes a do óleo de soja, superado apenas pelas algas, que tem produtividade anual entre 50 a 150 toneladas por hectares (Silva, 2015). A produção dos cachos tem início a partir dos 3,5 anos após o plantio, chegando ao ápice entre 7 e 15 anos. Do ponto de vista econômico sua vida útil é de 25 anos, com rendimentos superiores a 25-28 toneladas de cachos por ha/ano. Dois tipos de óleo são extraídos dos frutos da palma, sendo o mais valioso o do palmiste, proveniente da amêndoa ou endosperma e o produto comum é o óleo decorrente do esmagamento da polpa ou mesocarpo (Rival; Levang, 2014).

Em 2017 os dados estimativos do *United States Department of Agriculture* (USDA) informam que a área colhida de dendê está em torno de 20.778.000 hectares, distribuídos por 28 países da Ásia, África e América Latina, totalizando uma produção de aproximadamente 66.835.000 toneladas de óleo de palma, dos quais, apenas 17% tem a certificação da *Roundtable on Sustainable Palm Oil* (RSPO)¹⁰ (WWF, 2016). Ainda nesta fonte, as maiores produções de óleo de palma estão na Indonésia (36.000,00 mil/ton.), Malásia, (21.000,00 mil/ton.), Tailândia (2.200,00 mil/ton.), Colômbia (1.320,00 mil/ton.), Nigéria (970,00 mil/ton.), Guatemala (740,00 mil/ton.), Equador (575,00 mil/ton.), Honduras (545,00 mil/ton.), Papua Nova Guiné (530,00 mil/ton.) Gana (520,00 mil/ton.), Costa do Marfim (415,00 mil/ton), Brasil (410,00mil/ton.). Em comparação ao ano de 2016, os dados do USDA mostram que no Peru, a área destinada para o cultivo em 2017, cresceu 10.00%, na Colômbia 9,41%; no México, 9,41%, na Malásia, 6.12%, nas Filipinas 6.09%, na Tailândia 4.17%, no Brasil 1.50%, Equador, 1.36%, Indonésia, 1.09%. A maior expansão na América Latina deve-se ao fato que na Ásia e África a dendeicultura

⁹ Ver: <http://www.anp.gov.br/wwwanp/publicacoes/boletins-anp/2395-boletim-mensal-da-producao-de-petroleo-e-gas-natural> .Acesso: 31/10/2017.

¹⁰ Ver: <http://www.rspo.org/members> .Acessado: 30/10/2017.

incorporou extensas áreas: a Indonésia tem 9,300.00 mil/ha, Malásia 5.200,00 mil/ha, Nigéria 2.500,00 mil/ha, Tailândia 750,00 mil/ha, Gana, 400,00 mil/ha.

Os números da tabela 1 revelam que a área brasileira de dendê na década de 2000 cresceu aproximadamente 0,86% em relação a 1990; os dendezais de 2010 são 0,76% maiores que os de 2000, e os de 2015 cresceram 0,75% em relação a 2010. A área produzida em 2015 elevou-se 50,6% em relação àquela de 1990.

Tabela 1- PRODUÇÃO BRASILEIRA DE DENDÊ (CACHO) NOS INTERVALOS DE 1990-2015

Ano	1990	2000	2010	2015
Área (mil/ha)	71.009	81.881	106.420	140.082
Quantidade (mil/ton)	522,883	678,727	1292,713	12147,27

Fonte: <https://www.embrapa.br/agropensa/producao-agricola-municipal>. Acesso, 31.10.2017. Organizados pelos autores.

O crescimento dos primeiros quinze anos do século XXI são impulsionados pelo Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (2004) e o de Produção Sustentável de Óleo de Palma (2010). Este último, por meio do Zoneamento Agroecológico do Dendzeiro para as áreas Desmatadas da Amazônia legal (EMBRAPA,2010), identifica na região norte o potencial para se estabelecer um polo do dendê, pois desde a década de 1960 cultiva-se a palma no estado do Pará. A Mensagem nº 222/2010, que apresenta o Projeto de Lei nº 7.326-C, de 2010, ressalta o amplo mercado consumidor interno e externo, a produtividade elevada da oleaginosa, condições tecnológicas da cadeia produtiva, além de caracterizá-la como Intensiva em mão-de-obra, capaz de promover o desenvolvimento sustentável nas Regiões Norte e Nordeste do País, fixando o homem no campo, promovendo o desenvolvimento rural, gerando renda satisfatória ao pequeno produtor, ao mesmo tempo em que pode promover a recuperação de áreas degradadas (BRASIL, 2010).

A Agência Nacional de Petróleo¹¹ informa que a mistura do biodiesel teve início em 2008 e em novembro de 2014 o percentual obrigatório de biodiesel alcançou 7%, havendo um percentual obrigatório intermediário de 2% três anos após a publicação da mesma. O cronograma de aumento do teor de biodiesel a partir de 2017, conforme a Lei nº 13.623/2016, é de 8% até março de 2017, 9% até março de 2018 e 10% até março de 2019. Os dados de 95 boletins mensais da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), abrangendo o período de 2008 a 2016, apontam que o percentual de dendê na composição do biodiesel nunca ultrapassou 1% do total dos 6% de combustíveis não fósseis. A tabela 2 expõe, a partir dos dados publicados pela ANP, a média anual de participação de óleo de palma na composição do biodiesel.

Tabela 2-PERCENTUAL MÉDIO DE ÓLEO DE PALMA NO BIODIESEL BRASILEIRO (2008 a 2015).

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Percentual (%)	0%	0,36%	0,33%	0,32%	0,71%	1%	0,06%	0,13%	0,39%

Fonte: Boletins Mensais da ANP 2008-2015. Organizado pelos autores.

Em 2008 não encontramos dendê na composição do biodiesel produzido no Brasil; em 2009, o percentual médio dessa matéria-prima no biodiesel é 0,36%; em

¹¹ Fonte: <http://www.anp.gov.br/wwwanp/biocombustiveis/biodiesel>. Acessado 31/10/2017.

2010, reduz para 0,33%; em 2011 baixa para 0,32%; em 2012, aumenta para 0,71%. Em 2013, registrou-se o maior percentual médio de óleo de dendê na composição da produção de biodiesel, 1%; no ano seguinte, o percentual decaiu para 0,06%. Em 2015 o percentual médio de óleo de palma no biodiesel foi de 0,13% ainda que, segundo dados da Embrapa¹², encontrássemos no Pará 85,94 mil/ha de dendezaís e uma produção de 1.379,19 mil/ton, tornando-o maior produtor nacional. Em 2016, o óleo de palma contribuiu com 0,39% na composição do biodiesel produzido no Brasil. Igualmente em 2016 não encontramos nenhuma usina de biodiesel no Pará.

Os números da tabela 1 indicam que a produção de dendê é maior que o seu percentual utilizado no biodiesel, como expressa a tabela 2. Revelando o descompasso entre concepção do plano e as cadeias produtivas do dendê e do biodiesel, o que também é ressaltado por um diretor da empresa Marborges: “o dendê é muito valioso para ser utilizado no biodiesel, nossa produção é vendida para a indústria de alimentos no Brasil e no exterior” (Entrevistado 1). É no exame do comércio e consumo global do dendê que se pode compreender porque o percentual deste no biodiesel é inferior ao crescimento da produção dessa palma.

Os dados da *European Palm Oil Alliance*¹³ mostram que o consumo global de óleo de palma cresceu de 15.200.000 toneladas em 1995 para 62.600.000 em 2015. O óleo de palma é o mais comercializado (66%), produzido (39%) e consumido no mundo (38%) (WWF, 2016). Os maiores consumidores de óleo de palma no segmento de alimento embalado são Nestlé, Danone, Kalloyy's, ConAgra Foods, Unilever, Pepsico, General Mills, Heinz, Mondeléz International, Kraft; no de higiene pessoal estão Colgate-Palmolive Company, Henkel, P&G, L'oréal, Reckitt Benckiser, Kao, Estée Lauder Companies, Avon, The Clorox Company; e na indústria de *fast food* encontramos Dunki'n brands, Subway, McDonald's, Burger King, Starbucks Coffee, DQ, CKE Restaurants, Wendy's, Yum! (Goodman; Sharma, 2015).

Os dados de 2017 do *United States Department of Agriculture* (USDA) ranqueiam entre os maiores exportadores de óleo de dendê: Indonésia 25.500 (mil/ton.), Malásia 17.500 (mil/ton.), Guatemala 700,00(mil/ton.), Benin 570 (mil/ton.), Papua Nova Guiné 550 (mil/ton.), Guatemala 485 (mil/ton.), Colômbia 370 (mil/ton.), Honduras 335 (mil/ton.), Equador 280 (mil/ton.), Costa do Marfim 220 (mil/ton.), Emirados Árabes 240 (mil/ton.). O Brasil, junto com Filipinas e Togo, encontra-se na 17ª posição com 50 mil/ton.. Em relação ao consumo doméstico, os dados do USDA mostram que os dez países com maior consumo doméstico de óleo de palma são Índia com 9.600 (mil/ton.), Indonésia 9.600 (mil/ton.), EU-27 6.475 (mil/ton.), China 4.950 (mil/ton.), Malásia 3.570 (mil/ton.), Paquistão 3.030 (mil/ton.), Tailândia 2.160 (mil/ton.), Egito 1.300 (mil/ton.), Nigéria 1.530 (mil/ton.), Bangladesh 500 (mil/ton.).

O Brasil está na 22ª posição com 585 mil/ton., sugerindo que o mercado consumidor tem potencial de expansão. Isso ajuda-nos a compreender o *boom* do dendê na Amazônia paraense na década de 2004 a 2013. Neste intervalo, os dados da Embrapa¹⁴, mostram que a área colhida de 85.889 mil/ha se expande para 126.559 mil/ha, cujo destino é a exportação. Os números do comércio exterior do Pará de 2003 a 2016 da tabela 3 expõe que o óleo de dendê está entre os produtos exportados pelo estado.

¹² Fonte: <https://www.embrapa.br/agropensa/producao-agricola-municipal> . Acessado: 31/10/2017.

¹³ Ver: <https://www.palmoilandfood.eu/en> Acesso:31/10/2017.

¹⁴ Fonte:<<https://www.embrapa.br/agropensa/producao-agricola-municipal>>. Acesso: 31/10/2017.

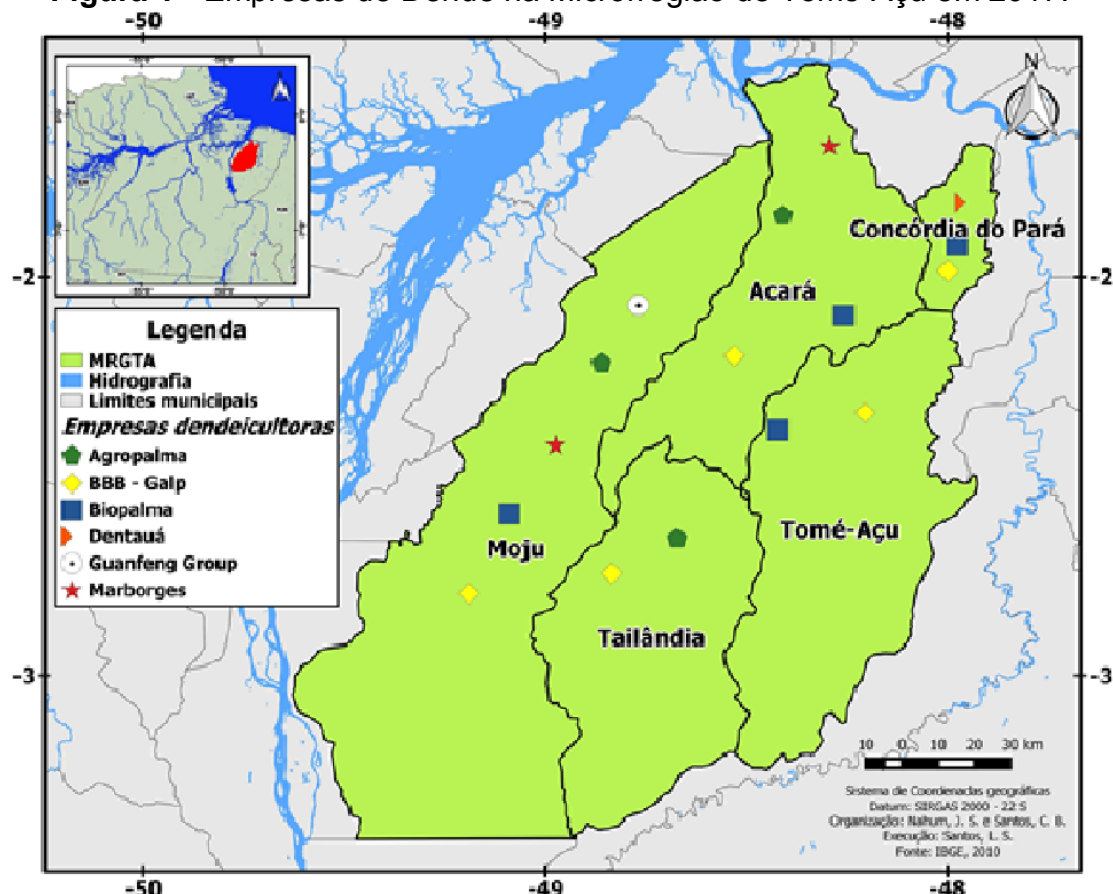
Tabela 3-PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DO ÓLEO DE DENDÊ NA EXPORTAÇÃO DO PARÁ- 2003/2016

Ano	US\$ (FOB)	Part. %	Kg	Posição
2003	12.663	*	22.720	*
2004	5.839.389	0,15	12.582.488	27°
2005	16.263.378	0,34	43.567.896	20°
2006	9.295.629	0,14	22.858.021	26°
2007	*	*	*	*
2008	3.189.456	0,03	6.088.410	50°
2009	12.850.599	0,15	22.087.012	23°
2010	11.261.928	0,09	13.935.684	28°
2011	49.304.990	0,27	44.483.558	19°
2012	54.636.573	0,37	56.744.723	18°
2013	59.130.112	0,37	70.852.190	17°
2014	83.433.802	0,59	101.822.330	17°
2015	77.670.234	0,76	130.133.538	16°
2016	29.239.361	0,28	45.275.374	18°

*Sem informação

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC/Alice web.
Elaboração dos autores.

Em 2010, quando entra em vigor o Plano de Palma, o óleo de palma ocupa a 28ª posição na pauta de exportações do Pará, sendo produzido predominantemente pelo Grupo Agropalma, Marborges, Agroindustrial Palmasa S.A, Refinaria Yossan do Grupo Kabacnic e Dendê do Tauá S/A. De 2010 a dezembro de 2015, entre os produtos exportados pelo estado do Pará, o óleo de palma avança para a 16ª posição. Neste período, em 2012 a empresa Biopalma inaugurou uma usina no município de Moju, e, em 2014, outra no município do Acará. Em Tailândia, o Grupo Agropalma implantou sua sexta usina esmagadora, a Parapalma. De modo que, o crescimento da produção do óleo bruto de dendê não se deu apenas pelo aumento das áreas de plantio e das usinas beneficiadoras, mas também em função da cooperação comercial entre empresas. O Grupo Marborges, por exemplo, beneficia frutos frescos da empresa Guanfeng Group e da empresa Belém Bioenergia Brasil (BBB) e, até 2016, o Grupo beneficiava frutos da empresa Biopalma; assim como a empresa Dentauá e Palmasa processam frutos frescos da empresa Belém Bioenergia Brasil (**Figura 1**).

Figura 1 - Empresas de Dendê na Microrregião de Tomé-Açu em 2017.

Os números da tabela 4 indicam que o óleo de dendê, mesmo com a queda 63,16% comparado a 2015, é o quinto produto de exportação do setor agropecuário paraense, antecedido de soja, carnes desossadas de bovino, pimenta e outros bovinos vivos.

Tabela 4-PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DE 18 PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO DO PARÁ- (JAN/DEZ.2016/JAN/DEZ.2015)

Principais produtos exportados		(%) Jan/Dez 2016	(%) Jan/Dez 2015
1°	Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	45,55	38,65
2°	Outros minérios de cobre e seus concentrados	13,99	15,99
3°	Alumina calcinada	12,49	13,77
4°	Alumínio não ligado em forma bruta	4,17	5,26
5°	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	3,10	3,12
6°	Bauxita não calcinada (Minério de alumínio)	2,50	2,53
7°	Carnes desossadas de bovino, congeladas	2,07	1,85
8°	Ferroníquel	1,97	2,62
9°	Caulim	1,69	1,86
10°	Pimenta "piper", seca	1,65	2,22
11°	Outros minérios de manganês	1,38	0,98
12°	Pasta química de madeira, para dissolução	1,23	(*)
13°	Outras madeiras perf. Etc., não coníferas	1,06	1,69
14°	Outros bovinos vivos	1,02	1,18
15°	Hidróxido de alumínio	1,00	0,77

16°	Outros silícios	0,80	0,91
17°	Sulfetos de minérios de cobre	0,50	(*)
18°	Oleos de dendê, em bruto	0,28	0,76

(*) Sem informação

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC/Alice web. Elaboração dos autores.

Os relatórios das empresas confirmam que a produção de dendê tem como destino a comercialização e não os leilões de biodiesel. O relatório de sustentabilidade da Agropalma registra que ela “é uma empresa que opera no mercado nacional e internacional. Exportamos cerca de 50% da nossa produção - 98% das nossas exportações, aproximadamente, vão para a Europa e 2% para os EUA” (AGROPALMA, 2015.p.16). Sendo que, “em 2015, 82% das vendas foi para a indústria de alimentos e 22,50% outros setores” (AGROPALMA, 2015. p.22). No relatório da BIOPALMA (Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento Indústria e Comércio) mostra que ela “opera, atualmente, no mercado nacional e internacional. Exporta cerca de 47% da produção. Destes, 60% do óleo exportado é destinado ao mercado latino-americano e 40% ao mercado europeu. A receita bruta em 2015 foi de R\$ 165,6 milhões (BIOPALMA, 2015. p.10). Igualmente as empresas ADM (ADM do Brasil Ltda), DENPASA- Denpasa – Dendê do Pará S/A, DENTAUÁ (Dendê do Tauá S/A), MARBORGES (Marborges Agroindústria S/A), PALMASA (Agroindustrial Palmasa S/A) atuam no setor no setor plantio, beneficiamento, comercialização. Somente a Belém Bioenergia Brasil (BBB) que a empresa “busca liderar uma nova fronteira de geração de energia, levando desenvolvimento à população, associado à integração social, responsabilidade ambiental e viabilidade econômica¹⁵”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do século XXI, tal como um grande projeto, a dendeicultura paulatinamente agiganta-se impulsionada pelo crescente, estimulante e vantajoso mercado consumidor de óleo de palma. Crescimento exponencial possibilitado por um conjunto de planos, programas e poder político que conquistou os corações e mentes de lideranças rurais que um dia lutaram pela terra e pela reforma agrária. Nos lugares onde aporta a dendeicultura silencia a luta pela terra e pela reforma agrária, em seu lugar coloca o mantra de geração de emprego, renda e inclusão social não importando se o corolário disso seja aumento na concentração de terra, assoreamento e envenenamento de corpos d’água, risco à produção local de alimentos, descampesinização (Nahum; Santos,2013; Nahum; Bastos,2014; Nahum;Thury, 2015).

A análise dos dados referentes à produção, consumo e comercialização do dendê mostram que estamos diante de uma cultura em expansão. Expansão que imprimiu uma nova dinâmica ao espaço rural da microrregião de Tomé-açu. Desde 2004 amplia-se a área cultivada, o número de municípios, de empresas e trabalhadores envolvidos no circuito produtivo do dendê. Os dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) indicam que é pequeno, quase nulo, o percentual de dendê na composição do biodiesel, confirmando que a expansão da dendeicultura não se explica e/ou justifica pelo percentual desta matéria-prima no biodiesel. Longe disso, é a indústria de alimentos, cosméticos e

¹⁵ Ver: <http://www.belembioenergia.com.br/sobre>. Acesso: 31/10/2017.

higiene que absorve a quase totalidade de óleos de palma. Os relatórios das empresas reafirmam que nos disseram os dados dos boletins da ANP, que a produção de dendê não se destina ao biodiesel.

O discurso de dendê para o biodiesel configura-se como ideologia, sobretudo sustentada na concepção de espaço areal, vazio, potencialmente atrativo para investidores e investimentos. É essa concepção que preside, sustenta e estrutura o Zoneamento Agroecológico do Dendzeiro para as Áreas Desmatadas da Amazônia Legal- ZAE Dendê (EMBRAPA, 2010) produzido pela Embrapa, parte do ordenamento jurídico criado de condições para metamorfosear áreas antropizadas em monótonas plantações de dendê. No século XXI a proposição de dendê para o biodiesel constitui a nova ideologia da fronteira. Martins (1999) alerta-nos que em se tratando de política no Brasil, o novo vem sempre para reforçar o velho, reproduzindo o poder do atraso. O novo, desse modo, não é novidade, mas um conjunto de estratégias para reprodução do caráter rentista do capitalismo brasileiro.

Em torno do discurso de dendê para o biodiesel, que expressa a orientação estatal em harmonizar-se com a preocupação global de buscar alternativas à matriz energética alicerçada no combustível fóssil, o Estado concebe áreas na Amazônia como fronteira, espaço dotado de “vantagens comparativas”. A começar pela abundância de terras, artifício fruto do zoneamento agroecológico da palma que identifica áreas aptas ao cultivo da palma, concebendo-as como espaço vazio. Assim, o anexo do Decreto 7.172 de 07 de maio de 2010 “mostra que 23.276,73km² de área preferencial para o cultivo da palma, distribuídos por 53 municípios, e 69.999,88 km² de área regular, distribuídos por 66 municípios” (Nahum; Santos, 2016. p. 285). O decreto revela que “nos municípios da microrregião de Tomé-açu encontramos 395.120,88 ha preferenciais e 122,5211,68 ha regulares para cultivo de dendê” (Nahum; Santos, 2015, p.4). Faltam apenas investidores e investimentos. Desse modo, a abundância de terras em condições edafoclimáticas potencialmente aptas a cultivo da palma constitui o primeiro atrativo. Terras integrantes de pequenas propriedades de sítiantes camponeses, fazendas de gado, fazenda falidas, dentre outras que serão disputadas no mercado pelas empresas produtoras de dendê que adentram a região.

Multinacionais como a Vale e a Petrobrás, que, historicamente, tem seu foco em setores minerais e energéticos, orientam recursos técnicos, humanos e financeiros para produção de óleo de dendê, edificando empresas como BIOPALMA e Petrobrás-Biocombustíveis/GALP. Políticos, empresários e comerciantes regionalmente conhecidos promoveram varredura fundiária em busca de imóveis rurais potencialmente qualificados para o cultivo (Nahum; Malcher, 2012). Trata-se de áreas antropizadas até 2007, pois antes a microrregião de Tomé-Açu conheceu outros produtos e atividades em função das quais reproduziu a dimensão espacial da vida cotidiana.

A dendeicultura é proposta como vetor do desenvolvimento territorial rural, sobretudo gerando emprego, renda e inclusão social. Estado, empresas e associação de produtores celebram acordos institucionais ou não que ampliam a cadeia produtiva do dendê. O Estado, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF-Eco, possibilita a empresa contar com uma linha de crédito que apresenta aos agricultores camponeses interessados no cultivo da palma. Avaliam-se as condições ambientais e edafoclimáticas da propriedade do interessado, verifica-se a situação fundiária do imóvel. Para aqueles que desejam cultivar dendê em seu sítio, a empresa aciona técnicos para

regularização fundiária do imóvel, quando é o caso, ou treinamento no manejo da palma.

Os projetos de dendê familiar reestruturam o calendário agrícola, ritmo de trabalho e configuração da unidade produtiva do sitiante camponês, agora comandados e regulados pela empresa e pelo mercado de óleo de palma. Desencadeia-se a metamorfose do sitiante camponês em agricultor familiar produtor de dendê. Segundo Nahum; Santos (2017) tudo começa com o interesse do mercado mundial por um “produto panaceia” para a crise energética. Então empresas são estimuladas por políticas estatais a aproveitar economicamente a área produzindo dendê. A empresa compra individualmente áreas e/ou convida pessoas para aderir ao projeto de produção familiar de dendê. A notícia se espalha e toda comunidade passa a se interessar pelas vantagens comparativas do dendê, sobretudo quando ouvem representantes sindicais, vereadores, prefeitos, deputados e até o presidente Luís Inácio Lula da Silva, dentre outros tantos, repetirem que a integração da agricultura familiar à cadeia do dendê é a alternativa de desenvolvimento para o meio rural. A empresa beneficia os frutos frescos colhidos, transformando-os em óleos para indústria de cosméticos, alimentos, medicamentos, combustível dentre outros produtos que ganham o mercado mundial, com valor agregado infinitamente maior que o pago aos produtores. No entanto, o mercado mundial que vive de certificações, exige responsabilidade social e ambiental da empresa para com a comunidade e assim condena a prática de compra individual do dendê. Para não ficar sem certificação, a empresa estimula os produtores a formarem cooperativa, instituição que congrega os produtores individuais, representando-os. Estes continuam a produzir e a cooperativa repassa a empresa. Essa subsunção formal do trabalho e do território ao capital se oculta no discurso de geração de emprego, renda e inclusão social.

Categorizar analiticamente esse produtor associado de dendê tornou-se um desafio para os pesquisadores que têm como ponto de partida de sua interpretação as condições materiais de existência. Não estamos diante de camponês, posto que se metamorfosearam as condições de trabalho, seus comandos e finalidades; nem diante de trabalhadores assalariados, dado que o contrato de adesão à produção de dendê é territorial, tampouco estamos diante de um empreendedor capitalista. Certamente é insuficiente dizer que ele é um trabalhador para o capital. O fato é que essa situação geográfica desafia nossa maturidade e criatividade analítica para visualizar algo que as categorias clássicas não conseguem.

Para se firmar enquanto projeto de governo, dendeicultura precisou conquistar corações e mentes daqueles que na Amazônia construía oposição à modernização agrícola e sua estrutura agrária desigual, principalmente na sociedade civil. Oposição, que até o final da década de 1980, denuncia a estrutura agrária desigual, a violência no campo e vivifica a luta pela terra ou mesmo reivindica reforma agrária. Oposição construída sob o signo das comunidades eclesiais de base, onde a igreja se fez povo e organiza na cidade e no campo, seja na terra firme, na várzea, sejam nos rios e na floresta, centros comunitários, clubes das mães, pastorais da criança, das ilhas, dentre outras tantas formas de organização do povo que não fosse sindical ou político partidária, reprimidas pelo Estado de exceção que se estabelece no país em março de 1964.

A abertura política da década de 1980 possibilitou a formação de movimentos e organizações sociais, sindicais e político partidárias que naquele momento tinham no horizonte um projeto de Brasil capaz de retomar a construção interrompida pelo golpe civil militar. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), o

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT) parecem anunciar novos tempos. Na Amazônia, assim como em outras regiões, as lideranças comunitárias que animavam organizações sociais no campo são disputadas por sindicatos e partidos políticos. Em municípios como Abaetetuba, Moju, Tomé-açu, Acará, Bujaru, Tailândia Marabá, Santarém, temos a simbiose entre sindicatos, partidos e lideranças camponesas fundada na compreensão de que os problemas do campo devem ser equacionados na esfera política e dentro da democracia representativa sindical, partidária e parlamentar.

Lideranças camponesas do sul, sudeste e nordeste paraense, bem como em outras regiões onde a luta pela terra e a construção da reforma agrária era forte, transformam-se em dirigentes sindicais de projeção e são cobiçadas e disputadas pelos partidos. A cada pleito eleitoral os partidos cooptavam esses intelectuais orgânicos do campo para a arena do debate partidário. Assim, independente de coloração ideológica de esquerda ou direita, os partidos têm entre seus candidatos líderes camponeses oriundos de grupos ribeirinhos, quilombolas, agricultores, coletores, dentre outros tantos. Eleitos ou não, incorporam aos poucos o ambiente institucional e abandonam o campo, absorvidos que ficam pela estrutura político partidária, seja na forma de vereador, prefeito, deputado, senador ou mesmo em cargos de assessor do assessor do assessor.

De modo que a construção da dendeicultura para biodiesel em projeto de Estado durante os governos de Luis Inácio Lula da Silva e de Dilma Roussef seria impossível sem transfigurar antigas lideranças do campo paraense, que outrora da organizavam a luta pela terra ou pela reforma agrária, em patronato político (Faoro, 1991) moderno que exerce o poder simbólico (Bourdieu, 2004) a partir de seus lugares de origem, vivificando constrangimentos econômicos e extra econômicos necessários à manutenção da hegemonia do projeto de poder, não importando os meios. É no interior da tecnocracia estatal, amparado pelo patronato político, que se propaga a dendeicultura como solução para os problemas de geração de emprego, renda e inclusão social no meio rural, igualmente para conter o desmatamento, recuperar áreas degradadas.

Desde então, o patronato- seja na função de senador, deputado, prefeito, vereador ou secretário de agricultura- não poupa esforços em mostrar o Plano da Palma como a primeira política de estado para o meio rural, promovendo a categoria de agricultor familiar produtor de dendê. Patronato que, por exercer influência sobre as associações de trabalhadores rurais e agricultores familiares, apresenta às comunidades camponesas o projeto de produção de óleo da palma como perspectiva de desenvolvimento territorial rural e os convida a celebrar contratos de associação com as empresas dendeicultoras. Contratos que transformam o sitiante camponês em produtor associado de dendê vivificando assim o que Oliveira (2004) conceitua de monopolização do território pelo capital, pois este usa a terra, sem adquiri-la, e a usufrui da força de trabalho sem contratá-la. Reproduzindo a ideia de que os problemas do campo não são a concentração de terras, as tensões, conflitos e violência, o desmatamento, assoreamento de corpos de água, dentre outros tantos que historicamente estiveram na pauta de reivindicações de um projeto de Brasil. Para o patronato, o principal problema do meio rural é transformar o camponês em consumidor, por isso aponta a geração de renda, emprego e inclusão social. O patronato político age para transformar o camponês, de cidadão imperfeito, em consumidor mais que perfeito, como lembra Santos (2007). A inclusão social como sinônimo de inclusão no mercado é o legado que o patronato chama de

desenvolvimento territorial rural impulsionado pela ideologia de dendê para o biodiesel.

REFERÊNCIAS

- AGROPALMA, **Relatório de Sustentabilidade 2015**. Disponível em: http://www.agropalma.com.br/arquivos/relatorios/Relatorio_Sustentabilidade_2015_Portugues-1480095831.pdf. Acessado em 05/07/2017.
- BIOPALMA da Amazônia, **Relatório de Sustentabilidade 2015**. Disponível em: <http://www.biopalma.com.br/relatorio-sustentavel>. Acessado em 05/07/2017.
- BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense: 2004. pp.149-168.
- BRASIL. **Projeto de Lei nº. 3.493, de 1993 (do Poder Executivo) PL Nº. 17.326-C de 2010**. Dispõe sobre a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileq/integras/908681.pdf>. Acessado em: 27/06/2017.
- BRASIL, **LEI No 11.097, DE 13 DE JANEIRO DE 2005**. Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nos 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111097.htm. Acesso: 09/11/2017.
- BRASIL, **LEI Nº 13.033, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014**. Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado com o consumidor final; altera as Leis nos 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 8.723, de 28 de outubro de 1993; revoga dispositivos da Lei no 11.097, de 13 de janeiro de 2005; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113033.htm. Acesso: 09/11/2017.
- BRASIL, **LEI Nº 13.263, DE 23 DE MARÇO DE 2016**. Altera a Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, para dispor sobre os percentuais de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado no território nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13263.htm. Acesso: 09/11/2017.
- BRASIL, **LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997**. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9478.htm. Acesso: 09/11/2017.
- CARVALHO, Ana Cláudia A. de; NAHUM, João Santos. Período do dendê na Amazônia paraense. In: NAHUM, João Santos(Org.) **Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia Paraense**. Belém: GAPTA/UFGA, 2014. pp. 13-40.
- EMBRAPA. **Zoneamento Agroecológico Do Dendzeiro Para As Áreas Desmatadas Da Amazônia Legal**. Rio de Janeiro. Embrapa. 2010.
- FAORO, R. **Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Editora Globo. 1991.
- FURLAN JÚNIOR J. et all. **Biodiesel. Porque tem que ser dendê**. Belém: Embrapa/PALMASA. 2006.

- GOODMAN, L. K; Sharma, A. R. **Fries, Face Wash, Forests Scoring America's Top Brands on Their Palm Oil Commitments**. (2015) Disponível em: <http://www.ucsusa.org/> . Acesso: 27.06.2017.
- MARTINS, J. S. **O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hicitec.1999.
- NAHUM, J. S.; MALCHER, A. T. C. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). **Confins [Online]**, 16. 2012. Disponível em: <http://confins.revues.org/7947?lang=pt> . Acesso: 15/06/2017.
- NAHUM, João Santos (Org.) **Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia Paraense**. Belém: GAPTA/UFGA, 2014. pp. 13-40.
- NAHUM, J. S; SANTOS, C. B dos. A dendeicultura na Amazônia paraense. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 20.nº. 2, p. 281-294, mês. 2016. Disponível em: www.revistas.usp.br/geosp/article/download/122591/122602 . Acesso: 26.05.2017.
- NAHUM, J. S; SANTOS, C. B. dos. A dendeicultura na Amazônia paraense. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 20.nº. 2, p. 281-294, mês. 2016. Disponível em: www.revistas.usp.br/geosp/article/download/122591/122602 . Acesso: 26.05.2017.
- NAHUM, J. S; SANTOS, C. B. dos. Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI. In: **Revista NERA**. Ano 20, nº. 37 pp. 54-76. Mai-Ago./2017. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> .
- NAHUM, J. S; SANTOS, C. B. dos. Uma interpretação geográfica da dendeicultura na Amazônia paraense. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. p.309-331, V.11, n.15, jan-jun.2015a. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/viewFile/423/pdf> . Acesso: 26.05.2017.
- NAHUM, J. S; SANTOS, C. B. dos. Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades Tradicionais na Amazônia paraense. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. p.63-80. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/1953/1252>. Acesso: 09/11/2017.
- NAHUM, J. S; BASTOS, C dos. S. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr., 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/23628/14394> .Acesso: 09/11/2017.
- NAHUM, J. S; THURY, J. P. C. Encontros e desencontros na Amazônia paraense: os Tembés-Turê-mariquita e a Biopalma em Tomé-açu (PA). **InterEspaço**. Grajáú/MA v. 1, n. 3 p. 82-96 Ed. Especial 2015. Disponível em: <http://www.periodicoselctronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/4436/2427> . Acesso: 09/11/2017.
- OLIVEIRA, A. U. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In OLIVEIRA, A. U; MARQUES, M. I. M. (Orgs.) **O campo no século XXI: território de vida, de lugar e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Paz e Terra. 2004. pp.29-70.
- PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL**. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Biodiesel_Book_final_Low_Completo.pdf . Acessado: 05/07/2017.
- RIVAL, A; LEVANG, P. **La palma de la controversia: La palma aceitera y los desafíos del desarrollo**. Bogor, Indonesia: CIFOR. 2014.
- SANTOS, M. **Espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp. 2007.

- SILVA, M. R. R da. **Biodiesel no Brasil: Análise de Custo-Benefício: Análise de Custo-Benefício**. Curitiba: Appris, 2015.
- VEIGA, A. S. A. S; FURLAN JR, J. J; KALTNER, F. J. F. J. **Políticas Públicas na Agroindústria do Dendê na Visão do Produtor**. Belém (PA): Embrapa Amazônia Oriental, 2005.
- WWF, **Palm Oil Buyers Scorecard Measuring the Progress of Palm Oil Buyers**. 2016. Disponível em: <https://www.worldwildlife.org/publications/palm-oil-scorecard-2016> . Acesso: 26.05.2017.